



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 49ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada de forma híbrida, no Plenário da CMJP, aos 5 dias do mês de outubro do ano de 2023.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (CIDADANIA)

Primeiro-Secretário

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira – Marcílio do HBE (PATRIOTA)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (AVANTE)
Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão Pelo Bem (PATRIOTA)
Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)
Vereador José Freire da Costa – Zezinho Botafogo (PSB)
Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (PMB)
Vereador Bruno Farias de Paiva (CIDADANIA)
Vereador Carlos Gustavo Gomes de Oliveira – Guga (PROS)
Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)
Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)
Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)
Vereador Gabriel Carvalho Câmara – Professor Gabriel (AVANTE)
Vereador José Luiz Pereira Gonçalves – Bispo José Luiz (REPUBLICANOS)
Vereador Luís Flávio Medeiros Paiva – Dr. Luís Flávio (PSDB)
Vereador Marcos Bandeira Pequeno (PMB)
Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)
Vereador Marmuthe de Souza Cavalcanti (REPUBLICANOS)
Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PATRIOTA)
Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE)
Vereador Ronivon Ramalho Diniz – Mangueira (PP)
Vereador Thiago Nóbrega de Lucena (PRTB)

Lista de vereadores presentes de forma virtual

Vereador Marcos Alexandre de Oliveira Lima Sobreira – Coronel Sobreira (MDB)
Vereador Emannuel Bezerra dos Santos – Emano Santos (PV)
Vereador Junio Leandro Azevedo de Macedo – Junio Leandro Agente de Saúde (PDT)

Ausentes com justificativa: Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (PV).

Ausentes: Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (MDB).



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 05h55, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária e convido o vereador Marcos Henriques para ler o texto bíblico”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente colocou em votação a ata da 48ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e aprovada. Em seguida, o Sr. Primeiro-Secretário procedeu à leitura dos documentos do expediente em mesa*.

PLO 1705/2023 – Mensagem nº 129/23 – 2ª leitura

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2024 (PPA 2024).

PLO 1706/2023 – Mensagem nº 130/23 – 2ª leitura

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024 (LOA 2024).

Memorando nº 028/2023 – Autoria: GVFM

Assunto: Justifica ausência do vereador Fernando Milanez Neto nesta sessão.

1.1 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

1.1.1 Discussão das indicações em destaque:

Não houve.

1.1.2 Discussão dos requerimentos em destaque:

Não houve.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

1.2 Comentários

O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Sr. Presidente, o que trago hoje é um assunto social. Há 60 dias, mais ou menos, um termo de ajuste de conduta fez com que aquelas barracas, aqueles quiosques da praia tivessem um limite de tempo, a música até 11h e meia-noite encerra-se todas as atividades do restaurante. Nós fomos lá algumas semanas atrás e conseguimos o compromisso de alguns músicos para que eles tocassem dentro dos decibéis pré-estabelecidos e ali, junto com doutora Cláudia, o vereador Bruno, que está chegando, também fez parte dessa reunião, acordamos e foi estabelecido 55 decibéis, e toda a orla marítima, todos os quiosques passaram a respeitar. Eu acho que o Ministério Público fez algo importante, realmente, precisava ter um ordenamento naquela orla marítima. Então, os quiosques se adaptaram a isso, logicamente que o que aconteceu semana passada foi que, de maneira unilateral, fossem suspensas todas as músicas, com exceção de voz e violão, e ali criou-se um problema social muito grande porque nós temos vários percussionistas, tecladistas que ficaram sem tocar, criou-se um problema muito sério porque esses músicos que estavam cumprindo com o termo de ajuste de conduta feito entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Ministério Público. Então, semana passada, vereador Damásio, de maneira unilateral, simplesmente extinguiu-se a música, excetuando-se em voz e violão. Esse problema sério que se criou é um problema social porque aquelas pessoas estavam cumprindo um termo e estão sendo podadas de estarem trabalhando. Paralelamente a isso, nós temos também um problema que passa pela percepção do turista na nossa cidade, o turista precisa, ocupa aqueles quiosques, e é importante, porque ali a cultura é exaltada, nós temos ali forró de raiz, temos aí várias manifestações culturais que estão sendo proibidas. Então, o Ministério Público vai ser procurado, a Procuradoria da Casa, com muita boa vontade, está intermediando junto a nós, o vereador Bruno também tem uma participação, é uma preocupação social nesse tema e a gente, essa semana, espera contar não só com a ajuda, mas também com a percepção dos empregos das pessoas que estão passando por esse problema e dos turistas, porque nós já estamos chegando no verão, também não vão ser música, contemplados com uma boa música de qualidade, e tudo dentro dos limites pré-estabelecidos pelo Ministério Público. Fica aqui a nossa solidariedade a esses de donos de quiosques, a esses músicos, na certeza que nós iremos dialogar com o Ministério Público”.

O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Bom dia, meus amigos. Hoje é o Dia do Empreendedor, dia 5 de outubro. E eu estou aqui na tribuna trazendo algumas atividades do nosso mandato e tentar reverberar a importância de se empreender e a importância de se respeitar quem empreende. Às vezes as pessoas dizem: ah, quem defende isso é porque defende os empresários, os exploradores dos trabalhadores. Só que, de sete entre dez empresas no Brasil, 70% são microempreendedores individuais, é a moça do cachorro-quente, é Macaxeira aqui na frente, é a mulher que faz bolo. A gente tem que olhar para estes guerreiros como as pessoas que vão salvar a economia do nosso país. A gente não precisa de mais burocracia, não precisamos de mais burocracia. Diminuir a burocracia e derrubar muros. Empreendedor não precisa de obstáculos para abrir o seu negócio. Só quem precisa de obstáculo é o atleta olímpico, que está ali disputando aquela prova de obstáculo, mas empreendedor não precisa de obstáculo não. O poder público tinha que derrubar todos estes obstáculos, todos estes muros, para gerar emprego e renda na nossa cidade e no nosso país. A gente tem aqui algumas ações do nosso mandato, como a Lei da Liberdade Econômica, que foi aprovada ainda em 2020; a Lei das Microcervejarias, que permitiu que microcervejarias fossem instaladas no meio urbano, e não somente em áreas industriais, fortalecendo a cultura da cerveja artesanal; o Extremotec, que colocou a mais nos cofres públicos quase R\$ 25 milhões de reais nos últimos cinco anos; a implantação da Sala do Empreendedor, que na legislatura passada nós indicamos a Sala do Empreendedor e o prefeito Luciano Cartaxo, na época,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

atendeu e fez, mas não dizia de quem tinha sido essa iniciativa, que tinha saído daqui do nosso mandato, desta Câmara, colocava isso aí para ele e não para a gente, mas saiu de um mandato aqui desta Câmara; a validade da licença da Vigilância Sanitária, que aprovamos recentemente por unanimidade aqui, que passou de um para dois anos; a luta por menos impostos no Centro, trazendo uma redução de ISS; a luta por menos impostos, diminuir IPTU, diminuir ITBI, a Prefeitura falar com o governo do estado para diminuir ICMS. É melhor cobrar 5% de 0 ou cobrar 2% de 100? É uma conta básica, uma conta de padaria. Então, minha fala aqui hoje é muito no sentido de chamar a atenção da sociedade para que o poder público pare de atrapalhar quem empreende. O ministro do Trabalho disse que o problema é do Uber se ele quiser sair do Brasil, mas vai ter que pagar todos os encargos trabalhistas. Ora, uma pessoa no cargo do Ministério do Trabalho achar que isso não vai atrapalhar a economia de todo mundo no trabalho não é digno, não merece estar onde está”.

O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Sr. Presidente, Srs. vereadores, o vereador Marcos Henrique faz hoje um pronunciamento acerca da sua preocupação com os músicos, principalmente no quiosque da orla marítima de João Pessoa. Eu tive oportunidade, vereador, juntamente com o vereador Bruno, de participar de várias conversas e reuniões com os empresários de quiosques e, veja que algo interessante, hoje é o Dia do Empreendedor. Vereador Marcos, sabe quantos empregos são gerados ali diretamente? Mil e quinhentos empregos. E essas famílias estão extremamente preocupadas com o futuro. Nós vimos a assinatura de um TAC que tem trazido uma inconstância para essas pessoas e perturbação. Eu quero me acostar mesmo ao pronunciamento de V. Ex.^a, essa Casa vai ter que fazer uma nova discussão. O TAC, ele tinha que ser feito, a reforma tinha que ser feita, até para que se dê uma melhora no visual da nossa orla marítima, mas de modo algum causar tanta preocupação aos músicos e aos empresários que dão emprego e que recebem os nossos turistas. Então, ali é a porta de entrada do turismo na Paraíba e em João Pessoa principalmente. Então, a sua preocupação, vereador Marcos, tenho certeza que o vereador Bruno também comunga com o mesmo pensamento, essa Casa vai ter que buscar soluções para o que está ocorrendo na nossa orla. O presidente da Associação, João, ele vai estar aqui daqui a instantes, eu vou recebê-lo e ele vai me trazer uma preocupação para terça-feira, que já está se esgotando o prazo e que não tem a solução. Eu vou recebê-lo e vou buscar, junto às autoridades, inclusive junto ao Ministério Público, para saber o destino dessas pessoas. Um outro problema que trago ainda, vereador Bruno, e V. Ex.^a tem a ver porque cuidou dessa pauta, em 2010, nessa Casa, que é a questão do furto de fios. E o nosso projeto, que acresce um maior rigor, estarei hoje, às 2 horas da tarde, em uma audiência com o prefeito Cícero Lucena tratando dessa questão. Nós tivemos, acerca de 15 dias, ou uma semana, um incidente que o cidadão que estava lá tentando tirar o cobre sofreu uma descarga elétrica e faleceu, então o risco para as pessoas e, principalmente, o prejuízo que é causado para a população e ao erário, porque o poder público arca com todas essas despesas. Então, estaremos hoje, às 2 horas da tarde, com o prefeito e esse tema, com certeza, vai estar na pauta, além da questão dos quiosques na praia de João Pessoa”.

O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Eu venho aqui me associar aos apelos feitos anteriormente pelos vereadores Marcos Henrique e Odon Bezerra, em relação aos quiosques que estão na orla de Tambaú e Cabo Branco. Nós sabemos que foi firmado um termo de ajustamento de conduta entre o Ministério Público e a Prefeitura de João Pessoa, inclusive, com o consentimento dos proprietários dos quiosques que, em instante algum, fizeram qualquer tipo de movimentação, foram agressivos. Que, ao contrário, foram compreensivos e entenderam – como ainda entendem – que é preciso uma reorganização, uma requalificação de toda a orla, que passa, por óbvio, pelo controle, pela limitação, pela disciplina de determinadas pautas, de determinados pontos, como, por exemplo, uma nova roupagem para os



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

próprios quiosques com a diminuição do tamanho deles próprios, com um estabelecimento de horário para funcionamento, com o maior rigor de fiscalização no que tange à poluição visual, à poluição sonora e à poluição ambiental, propriamente dita. E vários desses temas estiveram presentes no TAC firmado entre o MP e o município de João Pessoa. Ocorre que, se nem o direito é imutável, se nem as legislações se eternizam, quanto mais ajustamentos entre partes – mesmo que uma delas seja o fiscal da lei, o MP. Portanto, o apelo que a gente faz, senhores parlamentares, é no sentido de nós enxergarmos com sensibilidade o clamor social estabelecido naquela área, principalmente no que tange aos músicos, aos artistas de rua, a pautas que eu tive ao lado do vereador Marcos Henriques a satisfação de dialogar com a promotora Cláudia Cabral, que, naquele instante, foi extremamente acolhedora e permitiu, por exemplo, que bateristas e percussionistas pudessem exhibir, mostrar a sua arte. E, no entanto, nós somos surpreendidos, na semana passada, com a decisão revogando aquela ideia que nós levamos e que foi, inicialmente, acolhida. Portanto, nosso apelo é para que esse e outros pontos possam ser revistos para que ganhem todos: os empreendedores, os moradores, a cidade e os turistas. Muito obrigado”.

O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Bom dia, Presidente, bom dia, vereadores. Falar da minha ausência, no dia de terça-feira, em razão de uma consulta médica com minha esposa, em Recife. Não pude estar presente e a minha fala aqui, vereadores, foi sobre a sessão especial da última quarta-feira. Uma sessão especial em que a gente falava sobre a ADPF 442, sobre o aborto, sobre a morte de crianças ou a promoção da morte de crianças no ventre de suas mães, promovida pelo Estado e por meio de uma decisão judicial. E eu quero fazer um registro aqui, porque eu pedi para colocar um vídeo e esse vídeo não pôde ser veiculado. E o vídeo, nada mais é, falando ou mostrando o que é nu e cruamente o aborto de até 4 meses. Crianças assassinadas. Tive a informação, vereadores, que meu vídeo não podia ser veiculado em razão da forma violenta ou difícil, das imagens serem difíceis, mas eu senti o meu mandato censurado, e se tem uma coisa que a Casa do Povo não pode ter é censura. Porque a gente vê na televisão tantas e tantas atrocidades, promoção de violência, sexualidade, e quando a gente vai mostrar um vídeo, que é veiculado aí, está em todo lugar, esse vídeo não pôde ser mostrado na sessão especial, onde adultos estavam presentes. Vou fazer um requerimento por escrito à TV Câmara para saber quem foi o responsável pela censura do meu mandato na não vinculação do vídeo. Quero dizer que isso não é a primeira vez que acontece comigo e com alguns vereadores da Casa, e dizer que meu mandato não vai ser pautado e não pode ser limitado por qualquer ordem, por qualquer grupo que, por estar na direção de uma TV Câmara, possa decidir o que deve ser colocado ou não numa sessão especial, tratando sobre uma coisa séria, que é a morte de crianças no ventre de suas mães. A gente não pode limitar. O mandato do vereador, ele vem com a força da democracia do voto popular, e não é a TV Câmara ou, se for, quem foi o responsável da não veiculação do vídeo. Porque deve existir responsabilidade contra essas pessoas que querem censurar os mandatos dos vereadores dessa Casa. Vou fazer por escrito, quero a resposta dada do responsável por escrito, para que medidas possam ser tomadas. O meu mandato não vai ser pautado por ninguém, principalmente, na direção da TV Câmara. Muito obrigado”.

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, disse: “Vereador Carlão, V. Ex.^a, por fazer parte da Mesa, eu tenho a obrigação de responder ao mesmo, a quem eu tenho respeito desde quando a gente o elegeu vice-presidente dessa Casa e o colocou na nossa chapa como representante da Mesa Diretora. Eu quero dizer a todos os vereadores, não só a V. Ex.^a, mas a todos aqui, e peço inclusive aos vereadores que prestem atenção, porque o mandato do Presidente Dinho não é meu, é de todos os vereadores aqui desta Casa. Vereador Carlão, me perdoe, mas V. Ex.^a não é exceção, porque V. Ex.^a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

também votou em mim, e a confiança que eu tenho de todos os parlamentares aqui desta Casa não vai ser quebrada, não vai ser abalada por um vídeo que V. Ex.^a queria apresentar aqui em horário inadequado. A TV Câmara, por cautela, nós somos uma concessão pública, qualquer exposição aqui, a gente pode até receber retaliação e perder uma concessão pública. E me perdoe, eu me sinto muito atingido e muito magoado com as palavras de V. Ex.^a no dia de hoje, por isso que eu convoquei uma reunião da Mesa Diretora, que V. Ex.^a faz parte, e não só o vereador Odon e outros me pediram, inclusive, para a gente abrir o Conselho de Ética aqui nesta Casa, porque a ordem vai existir, passou disso, a gente vai ter que usar o Regimento e a lei, apenas o rigor da lei. Porém, eu não trato com vereador aqui como amigo, como parceiro, eu trato como irmão, como parceiro, porém essas suas reclamações estão sendo registradas no dia de hoje e a Mesa Diretora em breve vai fazer uma reunião e vai se pronunciar, não só por essa solicitação que V. Ex.^a já está encaminhando a ela, mas qualquer atitude que V. Ex.^a fizer nesse plenário, saiba que a gente é responsável pelos seus atos. Então, eu só quero lhe dizer que, com todo respeito que eu tenho a V. Ex.^a, a Casa não usa a Câmara para questões pessoais, religiosas, partidárias. A Casa usa para tratar a Câmara como ela deve ser tratada. Então, eu só peço a V. Ex.^a que, com cautela, com paciência, com diálogo, que tem que existir nesta Casa, mas eu me sinto atingido porque, primeiro, eu não cortei e nem privei o direito de nenhum vereador aqui nessa Casa, enquanto Presidente desse Poder, e, segundo, V. Ex.^a tem todos os seus direitos, estão assegurados, agora, tudo tem limite. Então, só quero dizer a V. Ex.^a também que V. Ex.^a tem o seu poder de vice-presidente da Casa, mas nós somos 27 vereadores, que temos o compromisso com o povo, e não pessoal. O Conselho já existe, é só a gente nomear, eu não queria que chegasse a esse ponto, mas, se V. Ex.^a está achando que foi atingido, que foi prejudicado... peço a V. Ex.^a que fale devagar, não precisa gritar, V. Ex.^a tem essa mania nesta Casa de gritar com as pessoas, então, infelizmente, da forma que V. Ex.^a está querendo, a Mesa Diretora também irá tomar uma decisão. E não sou eu não, viu? É uma Mesa Diretora. Só peço o respeito com a própria Mesa Diretora que V. Ex.^a faz parte”.

A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Hoje teremos votação nesta Casa, não sei se o projeto ‘Não Aborte, Doe’ entrou na pauta. Solicitar a votação porque é projeto de suma importância, vai orientar as meninas sobre o aborto legal. Muitas matérias colocaram que Eliza está incentivando doação de crianças fruto de estupro, não deixa de ser verdade. Quando uma mulher engravida fruto do estupro, o primeiro pensamento da maioria delas é fazer o aborto, mas essa não é a única solução, o ECA já prevê essa situação. A mulher precisa ser informada e protegida. Nosso projeto está para colocar em pauta no PSF, na Atenção Básica de Saúde, em toda a rede, para que, diante de uma equipe multidisciplinar, a mulher seja informada que pode encaminhar o seu bebê para adoção, não precisa tirar uma vida. Mulheres que abortam, mesmo sob a violência do estupro, elas sofrem com isso. Estamos na iminência da aprovação da ADPF 442 e precisamos implantar políticas públicas para evitar mais violência contra a criança. Dia 7 de outubro é comemorado o Dia do Nascituro, em maio é comemorado o Dia da Responsabilidade Paternal. Estamos solicitando que o projeto ‘Não Aborte, Doe’ seja colocado em pauta. O Brasil que adota e não aborta”.

O Presidente, Sr. vereador José Dowsley - Dinho, disse: “Eu preciso dar um recado para esta Casa. Estou com um documento que a Federação do Comércio, o CDL, a Associação Comercial, em audiência pública que tivemos, solicitaram uma audiência pública, que já demos entrada, em conjunto com a Assembleia Legislativa, para o Iphaep, eles querem a mudança da Lei de Uso do Solo que está aqui nesta Casa e no Plano Diretor, na mudança da parte que trata dos equipamentos no Centro Histórico para reforma e construção, que esses empresários estão sendo impedidos, bem como



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

estacionamento e outras reivindicações. Para que melhore, inclusive, o incentivo ao comércio, que está acabando, saindo aqui do Centro. Eles pedem isenção de ISS à Prefeitura, isenção de ICMS ao Estado. E fomos nomeados a articular essa demanda. Eu vou tirar cópia desse material e encaminhar a todos os vereadores. Eu vou encaminhar as demandas dessa reunião e os pontos críticos que eles estão solicitando, para a gente fazer um amplo debate sobre isso, para a gente encontrar uma solução para o Centro Histórico, na questão de segurança, câmeras de monitoramento, a gente deu a nossa contribuição também com o estacionamento progressivo da Zona Azul, com a contrapartida da Prefeitura, o cidadão que utilizar o transporte público e fizer uma compra acima de R\$ 50 reais ter um desconto na passagem de ônibus, incentivos que vão melhorar o Centro de João Pessoa. Eu vou fazer uma cópia dessa documentação e encaminhar para os 27 gabinetes para que a gente possa ajudar as solicitações deles”.

Pela ordem, o Sr. vereador Marcos Henriques informou que não recebeu as informações da Secretaria de Desenvolvimento que o mesmo solicitou. Segundo ele, recebeu a metade, e disse: “São informações importantes para que a gente possa apresentar as emendas ao Plano Diretor. Então eu queria fazer esse registro e vou solicitar mais uma vez. Aliás, eles disseram que não tem as informações que eu pedi, isso é lamentável, mas eu estarei reapresentando à Sead”.

O Presidente, Sr. vereador José Dowsley - Dinho, disse: “Oriente que V. Ex.^a, que faz parte do Plano Diretor, junto com o vereador Bruno e Damásio, tentem um diálogo em conjunto para essas informações chegarem até V. Ex.^a. Não tenha dúvida que conta com a minha solidariedade no seu pleito”.

1.3 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

PDL s/n/2023

Autoria: João Bosco - Bosquinho

Assunto: Concede Título de Cidadão Pessoaense ao Sr. Renato Silva Rodrigues.

1.4 Demais comunicações

Não houve.

2 ORDEM DO DIA (*)**

Pela liderança, o Sr. vereador Bruno Farias disse: “Senhor Presidente, nós temos a urgência de votar o projeto de lei que, embora lido na última sessão, ainda não teve tempo hábil para tramitar, seja na CCJ, seja na CFO, que é o PLO 1715/2023, que trata de uma realocação orçamentária em três órgãos da administração pública municipal, Progem, Emlur e Seplan. E eu peço ao vereador Marcos Henriques, líder da oposição, que nós possamos acordar a votação desta matéria porque trata-se de uma matéria de suma importância. Em relação à Progem, para fins de pagamento de sentenças judiciais, os precatórios que a Prefeitura tinha até o último dia 31, para fazer o pagamento. Para a Seplan, é para aquisição de imóveis porque a Prefeitura, como sabe, com a ajuda do Governo Federal, vai implementar Unidade de



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Saúde da Família, UPAs, escolas e creches e precisamos adquirir imóveis para a construção desses equipamentos. E para a Emlur, para manutenção de serviços básicos, sobretudo, o pagamento de empresas concessionárias responsáveis pela coleta de resíduos na nossa cidade. Em um único projeto, há o pedido da realocação dessas três entidades. São R\$ 20 milhões. Como também o PLC 46/2023, que já foi aprovado na CCJ e na CFO, estava na pauta da CPP no dia de ontem, mas que não houve quórum suficiente para que esta matéria fosse votada. Nós não temos o cargo de pedagogo, porque é uma legislação dos anos 2000, mas a Prefeitura não tinha no seu PCCR, e está criando este cargo de pedagogo para provimento efetivo, para que, no concurso que for anunciado, nós possamos abrir vagas para pedagogos na estrutura administrativa da educação da nossa cidade”.

O Presidente, Sr. vereador José Dowsley - Dinho, disse: “Vereador Bruno, com todo respeito a V. Ex.^a, toda solicitação do líder, eu coloco para o plenário. Tem dois projetos de V. Ex.^a que realmente estão atrasados, já deveriam estar na pauta, mas, se houver parecer das comissões, não terá dificuldade, e o Plenário é soberano”.

Em questão de ordem, a Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Presidente, justamente sobre isso, eu estou tendo dificuldades de fazer as reuniões da CPP. Nós precisamos apenas de 4 vereadores para abrir a sessão e proceder. Ontem, entramos eu, o vereador Zezinho, o vereador Milanez, que tinha uma sessão às 9 horas, mas ele ainda entrou para poder abrir a sessão e tentar manter o quórum, e entrou também o vereador Marcos Bandeira. E a gente tem uma certa dificuldade de reunir esses vereadores, eu peço que exista um pouquinho mais de atenção porque nós precisamos, tem muitos projetos, inclusive, para serem votados e ontem, de uma faixa de mais ou menos uns 25 projetos, nós só conseguimos votar 6 projetos. Então, quem não tiver muito tempo de participar da comissão, que ofereça para outro vereador, porque, já que a CPP é uma comissão que se reúne, sempre tem projetos, existem comissões que tem menos projetos, se reúnem menos, talvez poderia ser a possibilidade de trocar, se o vereador não tem muito tempo de participar toda semana da comissão, trocaria por outra comissão. Então, eu acho que também é uma pauta para reunião da Mesa”.

O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Mas cabe também a cada presidente de comissão falar com o parlamentar que está ausente nas comissões. E aí, saibam só de uma coisa: os presidentes de comissões tem autonomia, cabe também a V. Ex.^a, vereadora Eliza, tomar as providências, mas o que a Mesa pode fazer é a catar os pedidos de V. Ex.^a, saiba só disso, que aqui não terá impedimento”.

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 01: VETO PARCIAL 145/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI 1129/2022, DE AUTORIA DA VEREADORA FABÍOLA REZENDE, QUE “INSTITUI AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE ORIENTAÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA ENDOMETRIOSE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA”.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (*):** favoráveis: 13; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 13.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem declarou mantido o veto.

ITEM 02: PLO 659/2021

Autoria: Vereador Guga

Assunto: PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DESENVOLVIMENTO, EXPERIMENTOS E TESTES DE PRODUTOS COSMÉTICOS, HIGIENE PESSOAL, PERFUMES, LIMPEZA E SEUS COMPONENTES, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica: favoráveis: 13; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 13.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª votação.

ITEM 03: PLO 931/2022

Autoria: Vereador Guga

Assunto: DISPÕE SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO E REINserÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, EM CASO DE FALECIMENTO DESTES.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, da Comissão de Políticas Públicas, da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública e da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica: favoráveis: 13; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 13.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª votação.

ITEM 04: PLO 973/2022

Autoria: Vereador Emano Santos

Assunto: PROÍBE O EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA POR PESSOA CONDENADA PELO CRIME DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Nós sabemos que não existe pena perpétua no Brasil. Então, o autor não se encontra em plenário, apenas um esclarecimento para conhecer melhor o teor do projeto. Eu tenho uma matéria com relação a quem cometeu crimes contra crianças, adolescentes, contra idosos, contra a mulher, nesta linha também, mas eu queria conhecer o projeto porque não pode ter pena perpétua, proibir para toda a vida, ou quais os limites que são dados”. Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem sugeriu que o Sr. vereador Odon solicitasse vista ao projeto. O Sr. vereador Odon Bezerra solicitou vista ao projeto, a qual foi acatada pela unanimidade dos vereadores presentes”.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Carlão Pelo Bem, concedeu vista ao projeto.

ITEM 05: PLO 982/2023

Autoria: Vereador Mikika Leitão



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES MANTER, EM CADA TURNO DE TRABALHO, AO MENOS UM EMPREGADO, FUNCIONÁRIO OU COLABORADOR TREINADO E CAPACITADO EM NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Esse projeto, eu votei contrário na Comissão de Constituição e Justiça, eu sempre gosto de frisar, de elogiar a intenção de projetos como esse, mas eu sou contrário. Eu sei que isso é importante, mas hoje mesmo é Dia do Empreendedor, eu subi à tribuna hoje para tentar passar para a sociedade essa importância de que a gente tem que diminuir a burocracia, derrubar muros, derrubar obstáculos. Eu falei aqui que quem tem que ter obstáculo é atleta olímpico em sua prova de obstáculos, e não o empreendedor, então quero frisar isso, voto contrário. Ressalto a importância de ter pessoas capacitadas em primeiros socorros, mas a obrigatoriedade a esses supermercados, hipermercados e todos esses estabelecimentos não é função de a gente obrigar eles, mas que o poder público possa fazer essa capacitação e possa ter essa obrigatoriedade, mas passar isso aí para a iniciativa privada, eu sou contrário, Presidente”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu acho que se defende o empreendedor, mas não pode deixar de ter o ponto de vista do lado humanista. O projeto em pauta visa algo que não tem custo. Um curso de primeiros socorros, você faz em um dia e pode salvar vidas. A visão do vereador Thiago, eu respeito, respeito o empreendedor, mas, agora há pouco, o vereador Thiago também falou da questão do Uber, que não dá a menor satisfação ao nosso povo, que cobra 25%, o trabalhador do Uber não tem plano de saúde, não tem férias, não tem nenhum direito social, e a luta do governo é que passe a ter direitos sociais. A pessoa passar 16 horas trabalhando por dia para tentar fazer sua feira, mas é o que se tem. Então, essas observações que são feitas, no sentido de humanizar as relações de trabalho e também nesse caso aí, eu acho que são válidas, não se pode olhar apenas o lado do patrão, sem você olhar o lado nem do empregado, nem da sociedade”. O Sr. vereador Zezinho Botafogo disse: “Eu quero comungar com as colocações do colega vereador Thiago e quero dizer mais. Esses donos de estabelecimentos têm que manter esse profissional lá durante todo o tempo que o supermercado estiver aberto, e a gente começa a colocar a responsabilidade de despesa para esse pessoal, acarreta em aumento na mercadoria que o pobre vai comprar. E esta Casa aqui hoje, tem inúmeros segmentos que têm direito a entrar de graça, vários segmentos aí, esportivo, cultural, e a Casa aqui dando gratuidade para as pessoas. Vá um dono de supermercado, que esta Casa tem mania de jogar despesa, responsabilidade. ‘Ah, é porque a sociedade precisa’. Mas, gente, conversaram com os donos de estabelecimentos? Procuraram saber? Conversaram com o sindicato que tem aí? Eu digo isso porque eu já aprovei projeto nesta Casa aonde eu estava levando um grande prejuízo, dificuldade para esse segmento, e hoje, qualquer que seja o segmento, para votar aqui nesta Casa, eu só voto com muita consciência. A exemplo de vários segmentos que estão sofrendo aí e que esta Casa dá direito a chegar num restaurante e eu, porque tenho uma deficiência, pagar metade do preço. Eu tenho um emprego, vou pagar metade porque eu ganho pouco; outro não tem nada de emprego, vai pagar mais caro porque eu tenho que pagar o que o outro comeu. Gente, espera aí. Eu vou votar contra na hora da votação e entendo eu que esta Casa tem que dialogar mais com os segmentos para que a gente não esteja aqui aprovando e levando dificuldade para as pessoas”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Eu participei da votação desse projeto na CCJ. Eu acho que todo e qualquer estabelecimento comercial deveria ter, pelo menos, uma pessoa treinada para primeiros socorros. Por exemplo, o engasgo, vereador Marcos, o cidadão pode perder a vida por conta de segundos, e o procedimento a se fazer é extremamente simples. Então, ter uma pessoa treinada, logicamente, pode salvar uma vida. Então, eu compreendo a preocupação do vereador Thiago, todavia



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

nós temos nas empresas a Cipa, que é a comissão que trata de acidentes dentro do estabelecimento. Ora, por que não uma pessoa que seja membro da Cipa ser treinada? Em um dia se faz esse treinamento e ter disponibilizado, então eu vou votar pela aprovação da matéria”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Veja bem, eu acho que esse projeto é muito importante, e aí, eu acho que a gente tem que respeitar o posicionamento dos colegas. Eu ouvi o posicionamento de Zezinho e também de Thiago, mas isso não quer dizer necessariamente mais despesa para o estabelecimento, de forma alguma. Dentre os contratados, que tem muita gente, é ver os currículos, apenas pedir, checar na lista de contratados um que tem um curso de primeiros socorros. E também, como o vereador Marcos Henriques colocou, é um curso simples, a questão do engasgo, a questão de uma parada cardíaca ali no estabelecimento, e inclusive pega até mal para o estabelecimento um fato desse acontecendo. Então, eu acho que isso é o mínimo que um estabelecimento comercial poderia ter”. O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Parece ser um projeto que divide opiniões, mas a vida está acima de qualquer coisa e um procedimento simples, como já foi colocado aí pelos colegas anteriores, tem a Cipa, né? Poderia se treinar alguma pessoa do seu próprio quadro para que tivesse essas habilidades para esses primeiros socorros, esse primeiro atendimento até a chegada de um Samu ou deslocamento até uma unidade de saúde, para que a vida fosse salva. Ou então, de repente, colocar um profissional exclusivamente treinado para isso”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Primeiro faço menção às falas dos vereadores e de todos aqui em razão do custo disso. Há pouco tempo, eu fiz um treinamento em primeiros socorros com 20 faixas pretas e, de fato, o curso não é muito caro. Mas a questão, agora, é mais uma imputação, às empresas, de um custo. Mais do que isso, ser força de lei, poderia ser uma força educativa. A gente poderia conversar com as associações, os sindicatos e supermercados e sugerir essa ideia por parte da Câmara. A imposição legal, mesmo que seja em uma causa nobre, buscando salvar vidas, pode trazer, daqui a pouco, bloqueio de alvarás. Se o agente que foi treinado não estiver lá, o supermercado vai ficar como? Vai fechar as portas porque não tem ninguém? Então o que eu volto aqui, agora, é trazer essa luz pra os vereadores. A gente vai estar trazendo, a partir daí, quais consequências serão utilizadas? Toda a vida importa, o treinamento vai salvar vidas, sim, agora a gente só precisa saber o quanto isso vai ter de reflexo nas pessoas. Os pequenos supermercados, por exemplo, que não vão poder custear um treinamento de R\$ 1.500,00, R\$ 2.000,00, como é que ficam? Aí eu queria saber com o Presidente, uma questão de ordem, se esse projeto de lei vai ser votado, mesmo o autor do projeto não estando presente. Porque, a partir daí, a gente vai ter que avançar”. O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley - Dinho, explicou que o projeto estava apto a ser votado, mesmo sem o autor presente, e que caberia aos vereadores colocar pedido de vista para votação posterior. Em seguida, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem solicitou ao Plenário pedido de vista ao projeto, que foi concedido. Em questão de ordem, o Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Eu lembro aqui, na minha primeira legislatura, em 2017 até 2020, quando os vereadores autores dos projetos não estavam presentes em plenário, o projeto era tirado de pauta. Porque eu gostaria de sempre discutir o meu projeto, caso surja alguma dúvida, algum questionamento. É muito ruim que o projeto seja votado na ausência do seu autor, sem que ele possa fazer uma defesa ou apresentar uma explicação. Só uma lembrança que isso já aconteceu nessa Casa”. O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley - Dinho, finalizou: “Não há, no Regimento, retirada automaticamente de projeto. O projeto está apto a ser votado. Foi solicitado, há acordo, o projeto está retirado e aí vocês discutem com o autor. Mas o mesmo não solicitou, então não seria autorizado o pedido de vista ao vereador Carlão”.

Situação: Concedida vista ao Sr. vereador Carlão.

ITEM 06: PLO 1236/2022

Autoria: Vereadora Fabíola Rezende



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: INCLUI NO ANEXO ÚNICO DA LEI ORDINÁRIA Nº 13.768/2019, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE A DATAS COMEMORATIVAS, EVENTOS E FERIADOS, A SEMANA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MIDIÁTICA.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica: favoráveis: 13; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 13.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª votação.

Apreciadas as seguintes matérias extrapauta:

ITEM 07: PLO 1715/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA PROGEM, EMLUR E SEPLAN ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA OU DE UM ÓRGÃO PARA OUTRO NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$20MI)

Apreciação no âmbito da CCJRLP

Discussão: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Thiago Lucena, confirmou haver quórum para abertura extraordinária da CCJRLP e chamou a relatoria para si, dando parecer favorável ao projeto e abrindo a discussão com os seus membros. O Sr. vereador Bispo José Luiz pediu para que fosse dito de que se tratava o projeto. O Sr. Presidente da CCJRLP leu a ementa do PLO 1715 e passou a palavra ao Sr. vereador Bruno Farias para que explicasse a matéria, que disse: “No início da sessão, foi feita uma explicação ao vereador Marcos Henriques. Trata-se de realocação para três órgãos: Progem, Seplan e Emlur. Da Progem, para a própria Progem, para fins de pagamentos de sentenças judiciais executadas. Portanto, precatórios devidos pelo município a credores, em razão de sentença judicial já transitada em julgado. A Prefeitura tem até o último dia 31 para fazer esse pagamento e está sujeita a receber multa por parte do Poder Judiciário, caso não haja esse adimplemento. A segunda realocação do mesmo projeto, para Seplan, é para fins de desapropriação e aquisição de imóveis para a construção de UPAs, PSFs, Creis, e a da Emlur é para manutenção dos serviços de limpeza em nossa cidade”. O Sr. vereador Bispo José Luiz agradeceu a explicação e, em seguida, a Comissão procedeu a votação.

Votação (**):** favoráveis: 7; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 0.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Thiago Lucena, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciação no âmbito da CFOOAP

Parecer: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. Presidente da CFOOAP, vereador Damásio Franca Neto, abriu a reunião da CFOOAP, extraordinariamente, assumiu a relatoria da matéria e deu parecer favorável. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu queria uma informação antes de votar. A Emlur, ela tem o seu financeiro separado. Ela é autogestora, é uma autarquia autogestora. Então, eu queria entender como é essa transação financeira, a Secretaria de Finanças passando para a Emlur R\$ 14 milhões. Como funciona isso? Porque eu entendo que o valor destinado à Emlur, ele é repassado mês a mês, sem a necessidade da Secretaria de Finanças repassar para a Emlur, pelo fato dela ser uma autarquia e ter os seus repasses



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

feitos de maneira constitucional. Queria entender”. O Sr. vereador Bruno Farias pediu para contribuir com o entendimento, embora não fizesse parte da CFO, e disse: “Nós sabemos que, embora a Emlur, ela esteja na administração indireta, não há óbices legais para que recursos da Prefeitura, mesmo sendo da administração direta, sejam transferidos para uma empresa pública, como é o caso da Emlur. De tal sorte que, para que isso tenha a roupagem de legalidade e de legitimidade, é preciso que o Poder Legislativo municipal, através da deliberação dos seus pares, possa aprovar essa realocação, e é isso que nós estamos fazendo. Nós estamos conferindo o carimbo de legalidade a essa realocação, que, se não passasse pela Câmara, aí sim, vereador Marcos Henriques, seria ilegal e ilegítima essa transferência”. Durante a votação, o Sr. vereador Marcos Henriques, embora votasse favoravelmente, solicitou que, em uma próxima vez, o projeto viesse mais detalhado para a comissão. O Sr. Presidente procedeu à votação no âmbito da Comissão, que foi favorável ao projeto.

Votação (*):** favoráveis: 4; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 3.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciação do Projeto:

Discussão: O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “O que a gente está vendo aqui é um remanejamento que acontece de secretaria para secretaria, três milhões e pouco para pagar precatório. Aí, a gente vê aqui mais dois milhões e pouco para pagar aquisição, desapropriação de bens. Aí, a gente vê aqui R\$ 14 milhões de reais sendo destinados à Emlur, uma empresa que por si só já gera lucro, porque o trabalho dela gera direito para a Prefeitura, gera dinheiro dos contribuintes, uma empresa que está sendo injetado nela R\$ 14 milhões de reais, e a gente não sabe para onde vai, porque fala só que é para limpeza e saneamento. Isso é o papel da Emlur, o papel da Emlur é limpar mesmo. Só que fica estranho de mostrar para a população que R\$ 14 milhões estão indo para lá, quando ela já tem todo o organograma anual. Então, a gente pegar dinheiro do contribuinte, colocar lá e sem ver, é risco, vereadores, é risco. A gente está correndo risco de falta de transparência para a população. Então, quando a gente vê R\$ 14 milhões destinados, sem nenhuma exemplificação dizendo onde vão esses recursos, vão ser gastos com o quê? Que limpeza? Da outra vez, tiraram dinheiro do contribuinte para aquecer carro da Emlur sucateado. Então, a gente tem que ter zelo com o dinheiro do contribuinte. A gente não pode aceitar tudo que vem da Prefeitura sem discussão, sem transparência. Essa Casa tem que sair maior na busca da transparência e na resposta que a gente tem que dar à sociedade. Fica aqui a minha sugestão e indagação sobre esse remanejamento”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Eu queria me acostar às palavras de Carlão. Marcos Henriques também já vem apontando muito sobre isso. Essas realocações orçamentárias chegam às vezes sem muitas informações detalhadas e, de fato, a gente às vezes vota aí, assim, porque alguém votou, concorda com a relatoria, mas eu sou muito franco: eu não voto com convicção, sinceramente, é terrível isso. Então, eu acho que precisa vir de maneira mais detalhada para que a gente pudesse conhecer mais essas realocações que existem dentro da Prefeitura, do Estado, enfim, de todas as esferas. Acho que a gente precisa conhecer mais, detalhar mais isso aí, para que a gente possa votar com mais convicção e não confiando apenas no relator. Muitas vezes a gente confia muito no relator. É isso, obrigado”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – disse: “Só lembrando ao vereador Coronel Sobreira que não houve nenhum atropelo, estava aguardando só o parecer da comissão, mas o projeto está na Casa já faz alguns dias, foi lido também e estava aguardando só o parecer das comissões. E um compromisso dessa Casa é a gente não votar nenhum projeto sem parecer das comissões, que foi votado agora e é por isso que o projeto está apto a ser votado”. O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Eu prestei atenção na fala do vereador Carlão e do vereador Coronel Sobreira. Não tem dúvida que a gente não vai colocar nenhum obstáculo à gestão municipal, ao Executivo Municipal, no que diz respeito a cuidar da cidade, cuidar do povo, a cuidar



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

dos pessoenses, mas realmente isso para nós, enquanto vereadores, fica realmente bastante desconfortável. Não é uma matéria ilegal, nem inconstitucional, de forma alguma, mas para nossa imagem, enquanto vereador, eu acho que fica muito ruim dessa forma, sem uma discussão mais aprofundada, quando se trata de valores de tal monta, numa rapidez tão célere e grande. Era isso que eu tinha para dizer e realmente é preocupante”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Eu estava olhando aqui o projeto, é simples: vai ter uma redução, pelo que eu estou entendendo, e me corrija se eu estiver errada, vereador Bruno, mas sai encargos gerais do município, recursos sob a supervisão da Secretaria de Finanças, para amortização de encargos gerais da dívida pública, R\$ 20.218.000,00, e esse dinheiro, vai R\$ 2.620.000,00 para a Procuradoria-Geral do Município, Gabinete do Procurador, execução de sentença judiciais; vão R\$ 3.538.000,00 para a Secretaria de Planejamento, Gabinete do Secretário, aquisição e desapropriação de imóveis; e vão R\$ 14.050.000,00 para a Emlur, para a Secretaria de Gestão Governamental, Superintendência de Limpeza Urbana. Eu acredito que, devido ao tempo que nós estamos, já estamos no mês de outubro, esses R\$ 20 milhões de reais não seriam gastos, não teria tempo para gastar nos recursos sob a supervisão da Secretaria de Finanças para amortizar os encargos gerais da dívida pública e estão sendo realocados para serem gastos, porque existe uma necessidade na Emlur, na Procuradoria e na aquisição e desapropriação de imóveis. Então, eu acho que eu consegui desmistificar o projeto. Então é isso, R\$ 20 milhões saem das dívidas públicas para a Emlur, para desapropriação de imóveis e para sentenças judiciais que precisam ser pagas”. O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Não tenho nada mais a acrescentar, porque a vereadora Eliza, de maneira muito didática, já dissecou com muitos detalhes o projeto, algo que eu já tinha tentado fazer no início da sessão, durante a discussão da CCJRLP. De tal sorte que nós sabemos, vereador Carlão, que o orçamento da Prefeitura é um orçamento único. Nós temos orçamento único, tanto que o próprio orçamento da Câmara vem desse orçamento único da Prefeitura de João Pessoa. Então, não obstante a Emlur pertencer à administração pública indireta, o orçamento é único. E nós sabemos que esses valores foram estabelecidos em julho de 2022. Portanto, há defasagem, há impropriedades na estipulação dessas despesas, de tal sorte que esses remanejamentos são corriqueiros. Repito: dos R\$ 20 milhões, dois milhões e alguma coisa para cumprimento de sentença judicial da Progem, sentenças judiciais executadas; R\$ 3,5 milhões para fins de aquisição de imóveis através de desapropriação para a ocupação de equipamentos da coletividade, equipamentos públicos; e R\$ 14 milhões para a Emlur para serviços de manutenção na coleta de resíduos, que, sim, a Emlur tem a finalidade de fazer a coleta do resíduo e essa coleta não é de graça. Existem empresas que fazem essa coleta, que são contratados mediante o procedimento licitatório e que precisam receber pelo serviço que fazem. Então, esse recurso era destinado para a manutenção desse serviço de coleta de resíduo até o final do ano. É isso e nada mais”.

Votação Simbólica: favoráveis: 21; contrários: 02 (Carlão Pelo Bem, Marcos Henriques); abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1^a e 2^a discussão.

Declaração de voto: O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Bem vereadores, a explicação ficou difícil para os vereadores da base dar, ninguém conseguiu explicar, não conseguiu explicar. Veio R\$ 20 milhões, R\$ 2 milhões para a gente pagar precatório, R\$ 3 milhões para a gente pagar aquisição de um bem e R\$ 14 milhões de reais para a gente colocar dentro da Emlur, que tem lá para fazer limpeza, que ninguém sabe que limpeza é essa. É isso que eu estou falando. Aí tem mais, semana passada, a gente votou R\$ 5 milhões para Secretaria de Direitos Humanos, para pagar a gente; rapaz, terça-feira a gente votou R\$ 5 milhões para a Secretaria de Direitos Humanos, para pagar gente. Rapaz, terça-feira, a gente votou R\$ 40 milhões de reais, ou foi R\$ 45 milhões de reais, para a Secretaria de Educação,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

dizendo lá trinta e poucos milhões de reais, para gestão de educação. Gestão é contratação do pessoal? Porque, se for, o Tribunal de Contas já está dizendo que está errado, é só isso que a população precisa saber, a gente precisa passar a transparência para as pessoas, a gente não pode estar votando aqui e dizer é 5, é 10 milhões, é 3, é 45 e não mostrar para onde vai o dinheiro. Eu não quero saber se o orçamento é único ou não, eu quero mostrar à população onde está o dinheiro, para onde vai, para pagar a quem, como foi, é isso”. O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Data máxima vênha, Carlão, fica difícil de entender quando não se quer aceitar a explicação, aí, de fato, as pessoas não entendem quando as pessoas já têm uma ideia definida, já têm um pensamento fixo, aí não há explicação capaz de convencer as pessoas, porque mais didática do que foi a explicação da vereadora Eliza Virgínia, eu desconheço, ela, como eu disse, fez uma radiografia da matéria, eu ainda tentei complementá-la, mas sem o seu brilhantismo, porque ela foi simples, objetiva e direta e Vossa Excelência, me desculpe, não entendeu porque não quis entender”.

ITEM 08: PLC 46/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 60, DE 29 DE MARÇO DE 2010, PARA CRIAR O CARGO DE PEDAGOGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Apreciação no âmbito da CCP

Parecer: favorável da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia, relatora da matéria, abriu a reunião da CPP com a presença dos membros da comissão, vereadores: Carlão, Guga, Marcos Bandeira e Zezinho Botafogo. Fez a leitura do projeto e disse: “É um projeto Simples, mas de suma importância, que nós precisamos inclusive ter esses profissionais para inseri-los nas próximas provas, nos próximos concursos públicos, e eu creio que a demanda está aí e a Secretaria de Educação está precisando muito para que a gente, inclusive, coloque profissionais pedagogos, que estão trabalhando como pedagogos, mas não estão registrados na categoria correta da sua função”. O Sr. vereador Carlão disse: “Vereadora Eliza, V. Ex.^a vem conduzindo muito bem a presidência da CPP, peço minhas escusas na ausência da reunião de ontem, as faltas não acontecerão mais. Entretanto, quero só fazer uma observação, nem tudo que vai de mim ou que sai de mim são bombas ou tiro. Então, no momento que a gente tem que concordar, que a valorização do pedagogo na Secretaria da Educação é essencial, o pedagogo é uma figura importantíssima de educação e ele é prestigiado a partir do momento que ele faz parte de um quadro dentro da Prefeitura. A criação do pedagogo vai ajudar e muito e contribuir muito e trazer esse profissional para dentro dos quadros da Prefeitura de maneira mais correta, que ele possa receber, inclusive, o seu piso, ser mais valorizado, isso é de extrema importância e eu passo a ver que contratando bons profissionais a gente vai ter, sim, ter uma melhor educação. V. Ex.^a deu parecer como favorável, foi isso? Sim, acompanho o parecer de V. Ex.^a”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Sim, Presidente, inclusive, aqui temos o artigo 34, aqui diz o seguinte: os cargos de supervisor escolar e orientador educacional serão automaticamente extintos, à medida de sua vacância, substituídos pelo pedagogo”. Não havendo mais quem queira discutir, a Sr.^a vereadora Eliza Virgínia colheu os votos dos membros.

Votação (**):** favoráveis: 05 (Eliza Virgínia, Guga, Carlão, Marcos Bandeira, Zezinho Botafogo); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciação no âmbito da CFOOAP

Parecer: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, abriu a reunião da CFOOAP com a presença dos membros da comissão, vereadores: Marcílio do HBE, Mangueira e Marcos Henriques. Em seguida, designou a relatoria da matéria para o Sr. vereador Marcos Henriques, que disse: “Senhor Presidente, o cargo de pedagogo aqui na nossa cidade vem com atraso, mas é importante porque nós estamos já debatendo o cargo de psicopedagogo, inclusive, existe uma lei que está sendo votada no Senado Federal e não impede que a Prefeitura Municipal de João Pessoa possa se antecipar e mandar um projeto, tal qual está mandando esse de pedagogo, para um projeto também de psicopedagogo, que é necessário em todas as escolas. Então, voto favorável a esse projeto, Bruno, e peço que V. Ex.^a possa articular também o cargo de psicopedagogo, inclusive, para que participe dos concursos públicos que poderão vir doravante”. Em seguida, o Sr. vereador Damásio Franca Neto colheu o voto dos membros.

Votação (**):** favoráveis: 04 (Marcílio do HBE, Mangueira, Marcos Henriques e Damásio Franca Neto); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes 03.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciação do Projeto:

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 23; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1^a e 2^a discussão.

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

1º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Carlão Pelo Bem, disse: “Vereadores, pessoas que nos acompanham na galeria, pelas redes sociais, a minha fala hoje vem sobre uma preocupação, a preocupação que a gente tem que ter de uma avalanche de multas que está sendo jogada nas costas da população. Talvez eu tenha um mal, que é a dúvida do homem, mas este mal muitas vezes me salvou. Ter dúvida faz parte do crescimento, ter dúvida faz parte da evolução, ter dúvida faz com que a gente mude de um caminho para outro melhor, e quando a gente vê mais de 26.000 multas aplicadas somente no bairro dos Bancários, naquela principal, em uma única avenida, a máquina e a indústria da multa violenta contra o trabalhador sofrido de João Pessoa. Eu vi, e perguntei a alguns motoboys que trabalham com suas *bag* nas costas, suor, dias cansados, e muitas vezes desrespeitados, que tenha a sua motinha 125 e que passou com 70, 75 km/h na rua dos Bancários, recebeu nas costas uma multa de quase R\$ 1.000,00 (mil reais). Esse pobre homem trabalhador que ganha R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) por mês, vai ter que pagar quase R\$ 1.000,00 (mil reais). Em outras avenidas, são mais de 20.000 multas. Em outras avenidas, mais de 16.000 multas. Em outras, mais de 10.000 multas. O que eu pergunto é: será que não era justo para a população de João Pessoa a gente fazer uma conscientização? Explicava para a população, falava para os moradores de João Pessoa. Isso é dinheiro suado do trabalhador, não é justo não, porque o Estado tem a sua caneta pesada, porque a Prefeitura tem a sua caneta pesada, meter nas costas do homem trabalhador quase R\$ 1.000,00 (mil reais) de multa. E aí varia, R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), R\$ 200,00 (duzentos reais), R\$ 300,00 (trezentos reais), R\$ 500,00 (quinhentos reais), R\$ 600,00 (seiscentos reais), R\$ 800,00 (oitocentos reais), sei lá, mas a minha reflexão é para você que está em casa, para você homem trabalhador, para você homem trabalhador que ganha seu salário mínimo e tem a sua motinha para pegar a sua mulher e



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

às vezes ir para uma praia, para uma pizzaria, que trabalha com ela, para você que tem seu carro ali com Uber, você foi pego desprevenido. Não existe intenção nenhuma da Prefeitura em querer conscientizar, educar, publicizar. A gente precisava, antes, fazer uma ampla campanha de publicidade dizendo que agora a gente vai ter radares e fotos por todos os lados para canetar você. Na realidade a intenção da Prefeitura não é, nem nunca foi, querer diminuir o fluxo de trânsito, não foi, eles não querem isso, eles querem o seu dinheiro, eles querem a sua displicência, eles querem que você, muitas vezes com a cabeça cheia porque discutiu com a esposa, porque brigou no trabalho, porque você não fez algo correto ali no seu dia a dia, porque a falha é própria do ser humano, e nesse momento de falha e que você vê lá o sinal verde e você passa com 57, 58 km/h, tome uma multa. Não existe intenção da Prefeitura em querer conscientizar o motorista ou o piloto de moto de João Pessoa. O que eles querem é seu dinheiro, o dinheiro do trabalhador, eu não tenho como aceitar isso. Eu não acho justo quando eu vi ali 26.000 multas só em uma avenida. Vamos somar aí, são mais de 100.000 multas. Sabe o que seria justo, e eu vou fazer esse pedido à Prefeitura, e a grandeza que a Prefeitura teria, que o prefeito de João Pessoa teria se anulasse essas multas. Já estou fazendo este requerimento, esta súplica, implorando ao prefeito da cidade que não cobre essas multas. Eu estou implorando ao senhor, não cobre não, não faça isso não. Entre com essa campanha de fiscalização. Sabe qual seria o gesto mais nobre da Prefeitura hoje? Era pegar essas 100.000 multas e dizer o seguinte: olha, eu, como Prefeitura, deveria cobrar isso de vocês, porque vocês ultrapassaram o limite, mas entendo também que, para sua educação no trânsito e para o meu papel como gestor, eu vou anular tudo isso e, a partir de agora, você não vai ser pego desprevenido, e qualquer passagem você vai responder agora a multa que lhe cabe. Esse é o papel do gestor. A gente tem que mudar essa figura do gestor que chega e cobra multa, e cobra dinheiro, depois de você já ter pago os seus impostos, você sofre em casa. Um homem sentou na minha porta, foi sofrido ver isso. Você sofre com o cara, você sofre com o trabalhador. Carlão, eu não tenho como pagar não, eu só tenho a minha moto 125. O emplacamento dessa moto eu até também já não paguei, e como é que eu vou pagar R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) de multa? Eu não tenho condições não, fale lá com o prefeito. A gente não pode transformar a cidade de João Pessoa em uma indústria de multa não. Sabe o que eu queria? Que todas as faixas de pedestre estivessem pintadas para proteger mais o pedestre e avisar mais os motoristas. Sabe o que eu queria? É que a política de educação no trânsito da cidade funcionasse sem ter que sangrar o dinheiro do trabalhador. O prefeito tem nas suas mãos uma grande possibilidade de se humanizar com as pessoas. Não me venha dizer, e eu não vou acreditar se me for dito, que isso tudo é a educação das pessoas no trânsito, não é. A intenção não é educar o trânsito, é ficar com o seu dinheiro para cobrir contrações ou fazer remanejamentos, ou o que quer que seja, ou reverter numa boa saúde, que está faltando, numa boa educação, que precisa melhorar, numa infraestrutura, que está melhorando, mas tem que avançar. Rapaz, não é justo. Você que está em casa me entende. O homem praticamente chorou aqui na minha porta, e não é só porque ele é um trabalhador e não tem condições de pagar não, isso também vai para você que é da classe média, que tem seus R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ou R\$ 6.000,00 (seis mil reais), somado com a sua esposa, e tem um carro para pegar seus filhos ali, pagando a sua prestação de mil conto, mil e quinhentos conto, fazendo a sua feira de dois mil conto, vai vir agora matrícula, final de ano, livro. Eu acredito que o prefeito pode fazer, que seria um dos maiores gestos de nobreza da Prefeitura e a maior política de educação do trânsito seria o prefeito da cidade anular essas multas, essas mais de 100.000 multas, e dizer, a partir de hoje, motoristas, andem ligados. E encaminhamos para vocês as multas, mas serão anuladas todas as multas, mas de agora para frente, se você passar agora da velocidade, você vai receber uma canetada. Olha que gesto nobre seria dentro da Prefeitura. Imagine essas mais de 100.000 pessoas que foram multadas, na cabeça dela, a grande força na educação do trânsito que ela teria. Ela não iria mais imprimir, não iria mais avançar, não iria mais



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

avancar a velocidade. A política da educação no trânsito, ela não acontece só dando multa e tirando dinheiro do povo não, ela tem que acontecer também de maneira educacional, e o prefeito faria um dos gestos mais nobres para a cidade de João Pessoa se ele anulasse as multas que a população não teve sequer condições de conhecer onde é que estavam no sinal, que tamanho era, uma placa desse tamanho aqui que você sequer vê. Fica o meu pedido e a minha súplica à Prefeitura”.

Em aparte, o Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Acho que é muito oportuna essa pauta que V. Ex.^a traz. Como se já não bastasse o IPTU, que foi cobrado com um acréscimo muito maior do que a inflação, do que qualquer reajuste de qualquer trabalhador, agora essa informação que V. Ex.^a traz de uma indignação e ao mesmo tempo um sonho. Indignação porque não é para menos. Ao emplacar o seu carro, o cidadão tem um susto com todas aquelas multas sendo cobradas. Ali em Manaíra, se você passar com 51 km/h, uma multa. Nos Bancários, V. Ex.^a falou 26.000 multas, me assustei com isso e sonho que esse sonho de V. Ex.^a se concretizasse, da Prefeitura reconsiderar essas multas, mas, pelo que a gente percebe do afã arrecadatório que essa Prefeitura tem, eu acho que essa história da campanha de conscientização, que era o ideal, e eu me lembro de uma campanha de muito tempo atrás, a gente ter uma campanha de conscientização precisaria estar sendo feita. Eu acho que nós, eu tenho procurado muito o Judiciário, porque o abuso, na minha opinião, está constatado. O Ministério Público precisa investigar tanto a arrecadação e a contrapartida que a gente vê que não existe. Então, tinha que me pronunciar quanto a isso porque também me indignei e agora me assustei com esses números que V. Ex.^a traz, mas veio em muito boa hora e é importante que a cidade de João Pessoa possa participar desse debate porque alguma coisa está muito errada”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Carlão Pelo Bem, disse: “Obrigado, vereador Marcos Henriques. Às vezes eu sou lembrado aqui pelo meu tom de voz, mas eu não sei falar de outra maneira quando eu me indigno, e o sofrimento daquele motoboy, daquelas pessoas que estão me ligando, de dizer: olha, eu não consigo gastar R\$ 800,00 (oitocentos reais) com meu filho, não consigo gastar R\$ 800,00 (oitocentos reais) para consertar minha moto, se eu tivesse R\$ 800,00 (oitocentos reais), eu andaria, no meu Uber, com três tanques de combustível e eu teria um lucro maior. A gente precisa se humanizar. Esse Estado grande, que toda hora diz que você está errado, que quer tomar o seu dinheiro, ele tem que acabar, tem que diminuir, ele tem que sair do Estado punidor e vir para o Estado educador. A Prefeitura que educa, o Estado que educa, esse tem que ser o nosso papel. O pobre do homem, com os olhos marejados, dizia: olha, Carlão, agora eles fizeram pior, porque antes tinha uma barreira onde tinha lá o velocímetro, e você via a velocidade que você passou, mas hoje não tem mais isso não, você que está em casa sabe. É um danado de um pardal, uma câmera pequena que pega você. Às vezes você está olhando o Waze e diz que você está ligando e multa de novo. A gente não pode ter um Estado amigo da população se toda hora é só sangrando, aumentando IPTU, aumentando multa e pouca educação e saúde. A gente não pode ficar conivente com isso não, e fica aqui a minha indignação e eu espero que a Prefeitura aja realmente com humanidade e anule todas essas 100.000 multas que já existem no município de João Pessoa”.

2º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Coronel Sobreira, disse: “O que eu vou falar tem muito a ver com o que Carlão falou, que, na verdade, eu nem havia me preparado para falar, mas, diante da fala de Carlão, me veio aqui alguns fatos que a cidade de João Pessoa já presencia. E Carlão trouxe um tema extremamente importante, a questão é o seguinte, eu acho que, aproximadamente um mês, no máximo dois meses, começou a vigorar em João Pessoa, porque tivemos aquele período de que as câmeras que fiscalizavam os veículos, elas tinham dado *stand-by*, acabou o prazo, enfim, mas depois elas começaram a vigorar, e eu acho que Carlão está muito correto quando ele diz assim: a falta de



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

campanhas educativas, para depois, no momento da repressão, alguém não querer julgar que a Prefeitura está com a indústria de multa, como é popularmente falado em todos os lugares. Então, para que isso não aconteça, é importante, de maneira muito forte, a mídia sendo explorada, porque se explora com tanta coisa, não é? Se gasta com a mídia com tanta coisa, então o trânsito poderia ter tido uma campanha educativa. As câmeras foram colocadas em vários pontos da cidade, e eu vou dar um exemplo da Eptácio Pessoa, porque ficou no dilema, e aí nós temos falado sobre isso, que a partir de meia-noite, 11 horas da noite, enfim, um horário da noite, quem passasse o sinal vermelho, claro, com cautela, evidentemente com cautela, ele não fosse autuado, diante dos assaltos, dos crimes patrimoniais a que a gente assiste aí todos os dias, durante o dia, imagine durante a noite. Então, foi aberto meio que uma concessão, entre aspas, da Semob, dizendo o seguinte: olhe, inclusive, baixou para 22 horas, que o trânsito em alguns lugares ainda está bem intenso, diante da saída dos alunos de universidades e escolas, enfim, então, 22 horas, você passa com cautela no semáforo, em tese, você não será autuado pelo avanço de sinal, certo? Agora, se você confia nisso, 11 horas da noite, a velocidade máxima é 50 km, e você passa com 80, porque depois de 10 horas eu não vou ser mais autuado por avanço de sinal vermelho, mas você está sendo autuado por extrapolar o limite da velocidade, que ali o radar está acusando. Então, esse está sendo, talvez, o ponto que, diante do que você colocou, esse número exorbitante de autuações. E muita gente não sabe disso que eu estou falando aqui. Então, Carlão, essa questão da campanha educativa é muito importante, porque você abria lá as câmeras funcionando, orientar todos os dias na mídia, fazia campanha, pegava a turma da educação de trânsito da Semob, fazer esse trabalho para depois, aí sim, você começar a aplicar. E tem que aplicar mesmo, porque, se você não aplica, o sentimento de impunidade já é muito grande no Brasil afora, e se você não aplica a lei que está prevista, o sentimento de impunidade só aumenta. Agora, claro que antes precisamos fazer, porque é uma coisa meio que nova, é uma coisa nova, não é? E as pessoas precisam saber. Então, esse ponto da campanha educativa faltou na Prefeitura Municipal, porque muita gente está sendo autuado, digo isso porque já chegaram para mim, 'olha, eu fui multado na Eptácio Pessoa, chegou a multa, porque eu passei o sinal, estava vermelho, eu passei, mas passei acima do... eu nem sabia que tinha uma placa ali de velocidade'. Claro que a falta de atenção também no trânsito é uma das principais vertentes para as autuações. Você hoje quer dirigir falando ao celular, fazendo vídeo, fazendo outras coisas, mas não pode, tem que ser somente dirigir. Desliga o celular, bota o celular de cabeça para baixo, enfim, esse é um ponto, isso é uma realidade nua e crua de todos os condutores, eu, você e todo mundo, eu não vou me excluir também disso. Preciso me educar nesse ponto? Preciso me educar, isso é fato. Então, a semana passada, eu apresentei aí, no final da Semana Nacional de Trânsito, de 18 a 25 de setembro, todos os anos, prevista inclusive no Código de Trânsito, e eu falei aí da importância que é a Resolução 265, a do Contran, que tem tudo a ver com a educação que Carlão colocou, não só campanhas educativas para os condutores maiores de idade, que já são condutores há muitos anos, mas uma educação mais efetiva quando você trabalha com jovens, com adolescentes. Então, a resolução prevê o curso teórico de trânsito, que você tem na autoescola em 45 horas, você ter em 120 horas nas escolas do ensino médio. Falamos aqui na semana passada, houve uma repercussão, inclusive, última terça-feira, despachei com Dr. Roberto Paulino, que é o secretário de Articulação do governo João Azevêdo, apresentei a ele essa Resolução 265, explicamos como funciona. Porque ensino médio é só o governo do estado, o município não faz o ensino médio, e por isso nós falamos com Dr. Roberto Paulino, que ficou de levar esse pleito, até chamar o diretor do Detran, Dr. Isaías, para falar sobre essa resolução e para implementar aqui na Paraíba, pelo menos em três escolas, para fazer um teste, fazer um pioneirismo. João Pessoa, uma escola, Campina, outra, e Patos, talvez, no Sertão, outra, Cajazeiras, enfim, e aplicar essa resolução, porque essa resolução vai trazer um nível de educação de trânsito muito grande aos alunos, porque o aluno, quando ele conclui o ensino médio, com 17, 18 anos, e com



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

18 anos é que ele pode tirar a habilitação, ele pega ao carimbo do Detran, validação do certificado que ele fez na escola, ele vai até a autoescola: olha, eu quero fazer aqui o curso somente prático, que o teórico já fiz na minha escola. E ele, além de ter uma redução pecuniária, a autoescola tiraria o valor desse total, porque ele já fez a aula teórica, e ele ia para a aula prática. E por último, também apresentei um projeto de indicação, ano passado ainda, inclusive falei com o prefeito Cícero sobre a necessidade dos motoboys serem regulamentados na nossa cidade. Quem são os motoboys? Quem tem um cadastro desse povo? Quem sabe quem tem habilitação, quem não tem? Quem sabe se o documento está em dia, se não está em dia? Porque não há cadastro, então isso precisaria passar pela Prefeitura, um cadastro de todos eles, eles terem o alvará de funcionamento, até para o empresário que está contratando lá um serviço de um rapaz desse, ele tem a confiança, a garantia, a certeza de que é um profissional que foi cadastrado na Prefeitura. E, pasmem, há uma resolução, desde 2012, que prevê um curso de capacitação para todos os motoboys, um curso simples, de 30 horas, mas que eles precisariam passar, mas que ninguém passa, porque todo mundo pega uma moto: pode me contratar que eu vou ser seu motoboy. Quem é você? Onde você está cadastrado? A Prefeitura tem controle sobre você? Então, a gente vê, na verdade, essas pessoas que utilizam o motoboy, claro, buscando ganhar o seu pão de cada dia, mas quem é condutor de automóvel vê as atrocidades que essas pessoas, muitos deles, cometem, não respeitam o semáforo, não respeitam o canteiro central, não respeitam calçadas, ultrapassam pela direita, e tem uma coisa: se tocar num desses, aí a confusão está formada. Então, é algo nesse sentido que a gente precisa tratar e esse projeto de indicação, acho que a Prefeitura poderia levantar isso e baixar uma legislação para chamar todos eles e fazer o cadastro. Eram essas as minhas colocações e muito obrigado”.

Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem corroborou com o discurso do orador sobre a necessidade de campanhas de educação para o trânsito, tendo em vista questões econômicas e de segurança postas no dia a dia da cidade.

4 ENCERRAMENTO

Às 12h06, na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 5 dias do mês de outubro do ano de 2023.

Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho
(CIDADANIA)

Presidente da Mesa

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira –
Marcílio do HBE (PATRIOTA)

Primeiro-Secretário